

isso este desejo regista a vontade de mudar o nome da nossa escola para Escola Superior de Educação e Artes.

Dois desejos sem equívocos.

3.º DESEJO

Em 1916 o IPL não existia. Tínhamos a Escola Normal de Lisboa, o Instituto Industrial de Lisboa, o Instituto Comercial, o Conservatório Geral de Artes Dramáticas. As escolas de Comunicação Social e de Tecnologias da Saúde não eram ainda sequer projetos de intenção.

Em 1986 passamos a ter o Instituto Politécnico de Lisboa, o qual progressivamente foi ganhando consistência. No seu seio foi criada a Escola Superior de Comunicação Social em 1987 e em 2004 é integrada a última das suas escolas, a de Tecnologias da Saúde, ficando o IPL com a constituição que hoje tem.

No entanto, e apesar das regulações de unidade que as legislações recentes têm imposto, muitas vezes mais na palavra do que nos atos, o IPL é ainda uma instituição fragmentada.

Penso que devemos reconhecer que têm sido feitos alguns esforços para combater essa fragmentação, alguns partindo da direção do IPL, mas também muitas vezes partindo das suas unidades orgânicas. Não é este o lugar para refletir sobre o que de bom e de mau se tem feito. Porém, considero que é um bom momento para destacar esta intenção de unidade institucional. Considero especialmente relevante que esta preocupação se reforce a partir da Escola Superior de Educação.

Assim, como eu disse há pouco que a nossa capacidade de renovação da Educação depende da saída da Educação Formal, como temos vindo a fazer na nossa escola, considero também que a capacidade de o IPL se unificar tem de partir da capacidade de as suas unidades orgânicas construir ligações entre si e encontrarem novos núcleos de ação.

A unidade institucional está ligada a uma nova identidade do IPL. Desejo que o IPL, com a força que tem nas suas oito unidades orgânicas, consiga construir uma nova identidade. Não falo da identidade que pode advir de um novo estatuto de ensino superior. Falo do que podemos fazer com as ideias, as pessoas e as energias que temos no seio do IPL.

Vamos trabalhar para concretizar estes três desejos.

Um edifício da ESE renovado,

Uma escola de Educação e Artes,

Um Instituto Politécnico com uma nova identidade.

Tenho a certeza de que essa concretização está nas nossas mãos. Cá nos encontraremos em 2019 para ver o que fizemos por estes três desejos. Em nome da próxima ou próximo presidente da ESE convido-vos deste já para esse evento. Por agora apreciemos em conjunto o melhor possível este momento de recordações e memórias. Obrigada por terem vindo.

UM SÍMBOLO DA VONTADE REPUBLICANA DE REFORMAR O ENSINO NORMAL: O EDIFÍCIO DA ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE LISBOA

Carlos Manique da Silva

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

cjsilva@ie.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

Durante o período da I República o esforço reformador na área da educação procurou situar-se numa dinâmica de rutura face aos últimos anos de Monarquia. Mas, como notou António Nóvoa (1989), trata-se de uma reação / oposição que não se funda, essencialmente, numa questão pedagógica. De facto, o olhar niilista para o passado monárquico – o “espírito de presente” orientado para um “horizonte de expectativa”, para adotarmos as expressões de Justino Magalhães (2012, p. 11) – prende-se com a ideia de que a República só seria possível “através de uma outra educação, pois as instituições revolucionárias não podem constituir-se a partir de um sistema escolar do passado” (Nóvoa, 1989, p. X). Não obstante o diagnóstico que foi feito da situação educacional portuguesa, sem esquecer a constituição de um corpo legislativo contemplando todos os setores de ensino (tenha-se em conta que no ano de 1911 são publicadas mais de três dezenas de diplomas legais), a verdade é que os republicanos não perceberam que os sistemas educativos mudam a um ritmo muito lento (Idem). Com efeito, a via reformista adotada – a de apostar em medidas fortes e pontuais – não gerou mudanças fundamentais e, exatamente, pelo facto de não ter criado as condições que permitissem “uma evolução tendencial num sentido positivo” (Idem, p. XIII).

Uma das prioridades dos republicanos, assumida desde a primeira hora, foi a reforma do ensino normal (Nóvoa, 1989). De resto, o ensino normal conhece uma fase de apogeu durante a I República, justamente pela importância que é concedida à formação de professores do ensino primário – considerados agentes imprescindíveis na construção do designado Homem Novo (Pintassilgo, Mogarro & Henriques, 2010). Sem

embargo, um dos grandes problemas da obra educativa republicana radicou-se na incapacidade de reformar rapidamente as escolas normais (Nóvoa, 1987). Em consequência, entre 1919 – data em que são aprovados os programas do curso normal (a partir da qual, portanto, se pode, verdadeiramente, falar em formação de professores primários em instituições republicanas) – e o final da I República, foi reduzido o número de docentes diplomados (Idem).

A comemoração do centenário do lançamento da primeira pedra do edifício da Escola Normal de Lisboa (1916-2016) constitui, certamente, uma oportunidade para aprofundar a história de tão importante e prestigiada instituição de ensino.¹

Num primeiro momento desta comunicação procuro divisar as consequências da retórica republicana relativamente à necessidade de dotar o país com edifícios escolares condignos. Ao mesmo tempo, interessa-me perceber que (novas) ideias circularam e quem as protagonizou – no fundo, que ideal de escola foi defendido. Num segundo momento, o foco incidirá no edifício da Escola Normal de Lisboa. Justifico, em primeira instância, as razões que levaram à escolha do autor do projeto; analiso, depois, o programa arquitetónico do edifício à luz da Reforma do Ensino Infantil, Primário e Normal de 1911, sem deixar de parte a questão da filiação do mesmo.

Desenhado em 1913 e inaugurado cinco anos mais tarde, o edifício da Escola Normal de Lisboa simboliza bem a vontade republicana de reformar esse setor de ensino. De resto, terá sido um dos poucos edifícios escolares que o Estado conseguiu inaugurar, como obra emblemática, até à revolução de 1926.

2. A REPÚBLICA: UMA “FLORESCÊNCIA DE FUNDAÇÕES E MELHORAMENTOS ESCOLARES”?

Conforme defendi em estudos anteriores (Silva, 2002, 2015), com o advento da República não houve verdadeiramente um corte com a conceção de escola do período anterior. Há, de facto, uma linha de continuidade em relação aos derradeiros anos da Monarquia, particularmente no que à edificação de escolas primárias concerne. A este propósito, basta referir que, mesmo depois de 1910, continuaram a ser edificadas escolas primárias segundo o projeto-tipo elaborado em 1898 pelo arquiteto Adães Bermudes (1864-1948).

Não obstante esta primeira constatação, interessa dizer que há um conjunto de tópicos que assume outra relevância com o advento da República. Destaco, a título de exemplo, a preocupação com a educação estética da criança, bem expressa no pensamento pedagógico de João de Barros (1920). De resto, alguns projetos de edifícios escolares, designadamente os que são assinados pelo arquiteto Raul Lino (1879-

¹ Importa dizer que no ano de 1995, no âmbito do 10.º aniversário da Escola Superior de Educação de Lisboa, o edifício de que me irei ocupar foi objeto de interessante análise (cf. A.A.V.V. (1995), *Escolas, Espaços de Educação*, Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa).

1974), durante a I República (Silva, 2015), refletem a importância que a criança assume nas duas primeiras décadas do século xx – posta “no centro do sistema social” (Nóvoa, 2005, p. 89).

Aquilo que também importa frisar é que, durante a I República, no correlato à formação do cidadão republicano, a arquitetura escolar é entendida como importante fator de mudança. Afigura-se útil, por isso, discorrer um pouco sobre o seguinte: i) as ideias que são veiculadas nesse momento histórico; ii) os atores envolvidos (nomeadamente, arquitetos e pedagogos); iii) os projetos que são concebidos e o grau de concretização dos mesmos. Neste último aspeto, interessa perceber em que medida as “intenções generosas”, para adotar uma expressão de António Nóvoa, se traduziram em obra feita.² Dito de outro modo, terá a República mergulhado numa “florescência de fundações e melhoramentos escolares”, conforme afirmara Bernardino Machado em 31 de janeiro de 1916, no lançamento da primeira pedra do Liceu Alexandre Herculano, no Porto?

Deve, em primeiro lugar, afirmar-se que estão por identificar muitas iniciativas levadas a efeito para a construção de escolas. Penso, em especial, na intervenção dos municípios e de particulares. Uma questão que se afigura pertinente e não apenas para o período em que decorre a experiência descentralizadora (1913 a 1918).³ Veja-se, por exemplo, que o primeiro Jardim-Escola João de Deus foi inaugurado em Coimbra, corria o mês de abril de 1911. A obra em causa ficou a dever-se a uma conjugação de vontades: a do município, que cedeu o terreno; a do arquiteto, que ofereceu o projeto; a de particulares, fonte de donativos.

De resto, o interesse pela educação infantil, para adotar a expressão coetânea, encontra-se claramente expresso no Decreto de 29 de março de 1911 – a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal. O próprio projeto arquitetónico do citado Jardim-Escola João de Deus é, a esse respeito, elucidativo. Com efeito, resultou o mesmo da estreita parceria entre o educador João de Deus Ramos (1878-1953) e o arquiteto Raul Lino, tendo a educação estética da criança sido uma das preocupações centrais (Silva, 2015).

Durante a I República, Raul Lino é, porventura, o arquiteto que melhor traduz um novo olhar sobre a criança e as realidades escolares e sociais. Na verdade, é sua intenção afirmar uma mudança relativamente a anteriores programas arquitetónicos. Por exemplo, o projeto da Escola Primária de Alcântara (1915), de sua autoria, evidencia a mudança de que falava, pelo facto de valorizar os seguintes aspetos: i) a harmonização do conjunto edificado com a paisagem natural; ii) um ambiente com vertente social (cantina escolar); iii) a dimensão estética do edifício (sobretudo no seu interior). No fundo, o que está em causa é a preocupação com o bem-estar físico e mental da criança.

No que diz respeito à educação estética, é útil dizer que Raul Lino

² Refira-se, por exemplo, que entre 1911 e 1920 são publicadas mais de três dezenas de normativos sobre construção, material e mobiliário escolares (cf. Silva, 2002).

³ Um bom ponto de partida para a referida avaliação será consultar o trabalho de Beja et al. (1987), o periódico *A Construção Moderna*, sem esquecer, obviamente, os fundos documentais de arquivos municipais e distritais.

na instalação das escolas infantis, consagrava a ideia de se dotar cada um dos bairros de Lisboa e do Porto, assim como todas as capitais de distrito e as sedes dos principais concelhos, com edifícios próprios destinados a esse setor de ensino. O saldo viria a ser retumbantemente negativo, excluindo os cinco jardins-escolas João de Deus inaugurados, até 1927 (Silva, 2002), na esfera de intervenção da Associação de Escolas Móveis pelo mesmo nome.

Entre 1910 e 1926 que escolas procurou o Estado edificar? Que prioridades foram equacionadas? Não tendo a pretensão de ser exaustivo, o Quadro 1 dá-nos uma ideia dos grandes projetos concebidos durante a I República.

Edifício escolar / Projeto-tipo	Data do projeto	Autoria	Data de inauguração do edifício
Instituto Superior de Agronomia	1910	Adães Bermudes	1917
Escola Normal Primária de Lisboa	1913	Adães Bermudes	1918
Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa)	1913	Miguel Ventura Terra	Ano letivo de 1933/34
Liceu Alexandre Herculano (Porto)	1914	José Marques da Silva	Ano letivo de 1921/22 (apenas a ala poente do corpo central)
Escola Primária de Alcântara (Lisboa)	1915	Raul Lino	1916
Liceu Rodrigues de Freitas (Porto)	1918	José Marques da Silva	Ano letivo de 1933/34
Liceu Central de Alves Martins (Viseu)	1918	Raul Lino	Projeto não executado; Em 1948 é inaugurado um edifício para o Liceu segundo projeto de José Costa e Silva
Escolas primárias-tipo	1918	Raul Lino	Projeto reformulado e aprovado em 1935

Quadro 1. Edifícios escolares projetados durante a I República, sob intervenção direta do Estado.⁵

⁵ Este quadro não inclui os edifícios escolares que foram definidos nos mapas anexos ao citado Decreto n.º 6700, de 23 de junho de 1920; concerniam os mesmos às escolas primárias a edificar e a concluir nos diversos distritos do país. Está por avaliar o grau de consecução do referido diploma, no qual, por exemplo, se considerava “conveniente para o ensino e vantajoso para o Estado a conclusão de edifícios escolares cuja construção se prolonga indefinidamente por insuficiência de verbas”. Acedendo ao Repositório Digital História da Educação da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, pesquisando em legislação, é possível consultar várias portarias (publicadas em 1921) cujo teor se prende com a concessão de verbas destinadas à edificação / conclusão de edifícios escolares e à atribuição de títulos a beneméritos da instrução pública.

Em primeiro lugar, a inclusão do Instituto Superior de Agronomia merece uma breve justificação. De facto, não obstante a data do projeto (1910), importa dizer que quatro anos mais tarde, a instâncias do então ministro da Instrução Pública, Sobral Cid, houve um importante contributo para a conclusão do respetivo edifício (Silva, 2016). De resto, Sobral Cid considerava que o Instituto Superior de Agronomia podia vir a ser “um dos melhores institutos agronómicos da Europa (Cid, 1983, p. 384).⁶

É notório, por outro lado, que os edifícios dos liceus recebem especial atenção. Não estranha tal opção, se pensarmos que a esmagadora maioria dos liceus do país estava instalada em condições muito precárias. Exceções de relevo, só mesmo os edifícios dos liceus da capital (Camões, Passos Manuel e Pedro Nunes), inaugurados, respetivamente, em 1909, 1910 e 1911.⁷

No que respeita às escolas primárias, convém sublinhar a ideia de lançamento de um novo projeto-tipo, assinado por Raul Lino, em 1918 (o qual só viria a ver a luz do dia, com alterações, na década de 1930). Da mesma pena, recorde, saiu o projeto da Escola Primária de Alcântara, “apadrinhado”, também, por Sobral Cid. Neste caso, o propósito terá sido o de edificar uma escola (que ainda hoje se mantém em funcionamento) radicalmente diferente do panorama das construções escolares portuguesas – um referencial, portanto (Silva, 2015). À luz do que foi referido, não surpreende que o Estado, particularmente durante o período de descentralização do ensino, procure ter controlo sobre os projetos de escolas primárias que iam sendo propostos (em causa, a garantia de qualidade dos mesmos). É disso exemplo, a ação de uma comissão que pretendeu edificar uma escola primária mista em Brejo, concelho de Vila do Rei, no ano de 1915. Na memória descritiva enviada ao Ministério da Instrução Pública – faço notar que, ao abrigo da Lei n.º 264, de 23 de julho de 1914 (regulava a forma de serem levantados os subsídios destinados a construções escolares), a edificação de escolas estava dependente de aprovação superior – sublinhava-se a exiguidade de verbas (uma parte seria angariada pelos “povos de Brejo”) e o “verdadeiro flagelo” que representavam as “Normas Técnicas, Higiénicas e Pedagógicas” (Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 1.ª Repartição de Instrução Primária e Nor-

⁶ Talvez seja útil dizer que o orçamento do Ministério da Instrução Pública, sendo ministro Sobral Cid, consignou verbas para a garantia de um empréstimo destinado à construção de um edifício para a Escola Normal de Coimbra, para a construção de edifícios de escolas primárias, bem assim como subsídios à Associação de Escolas Móveis para a construção de jardins-escolas. Previa, ademais, a celebração de empréstimos com a Caixa Geral de Depósitos para a construção dos edifícios da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e da Escola de Farmácia do Porto (Cid, 1983). Também está por apurar o verdadeiro impacto de todas essas medidas / intenções. É clara, ainda, no referido orçamento, a intenção de contrair um empréstimo para a construção do Instituto Superior Técnico (Cid, 1983), algo que só viria a ter desenvolvimento no período imediatamente posterior ao fim da República.

⁷ Aliás, no plano legislativo são várias as medidas que visam a construção de edifícios liceais, nomeadamente, nos anos de 1918-1919: autorização para o governo contrair um empréstimo destinado à construção de um edifício para o Liceu da Guarda (Decreto n.º 4226, de 27 de abril de 1918); idem para o Liceu Central de Gil Vicente, em Lisboa (Decreto n.º 5288, de 18 de março de 1919); idem para o Liceu de Sá de Miranda, em Braga (Decreto n.º 5684, de 10 de maio de 1919).

⁸ Convém referir que as ditas Normas Técnicas... só serão publicadas em 1917 e com caráter provisório (Decreto n.º 2947, de 20 de janeiro). No entanto, em 1914, a Imprensa Nacional deu à estampa o normativo em questão. No ano seguinte, a julgar pela mencionada memória descritiva, tinham “força de lei”.

mal, 5 de novembro de 1915, s. p.).⁸ Estavam, assim, justificados “certos desvios” às ditas Normas, considerando o autor da memória que o importante para “as crianças do povo” era que lhes dessem “uma escola mesmo sem ser modelo, já que as modelares não chegam para elas” (Idem). A análise do alçado e, sobretudo, da planta revela, de facto, as limitações do projeto.

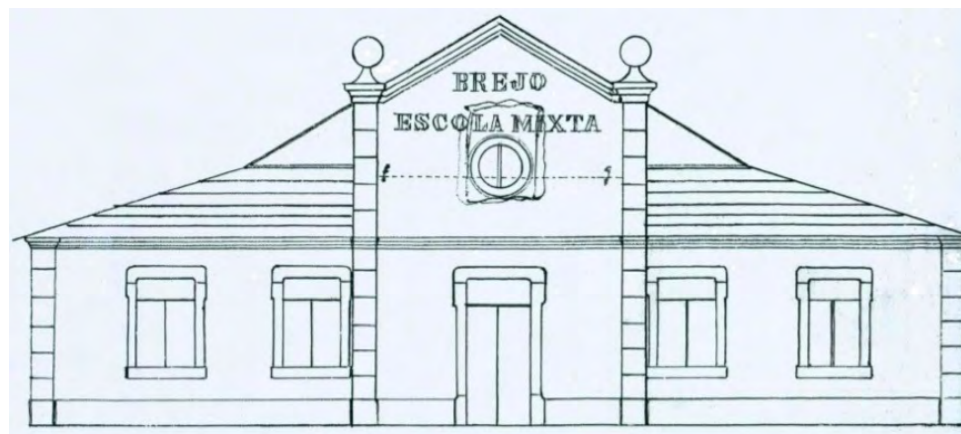


Figura 4. Alçado principal da escola mista para o lugar de Brejo (1915). Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal.

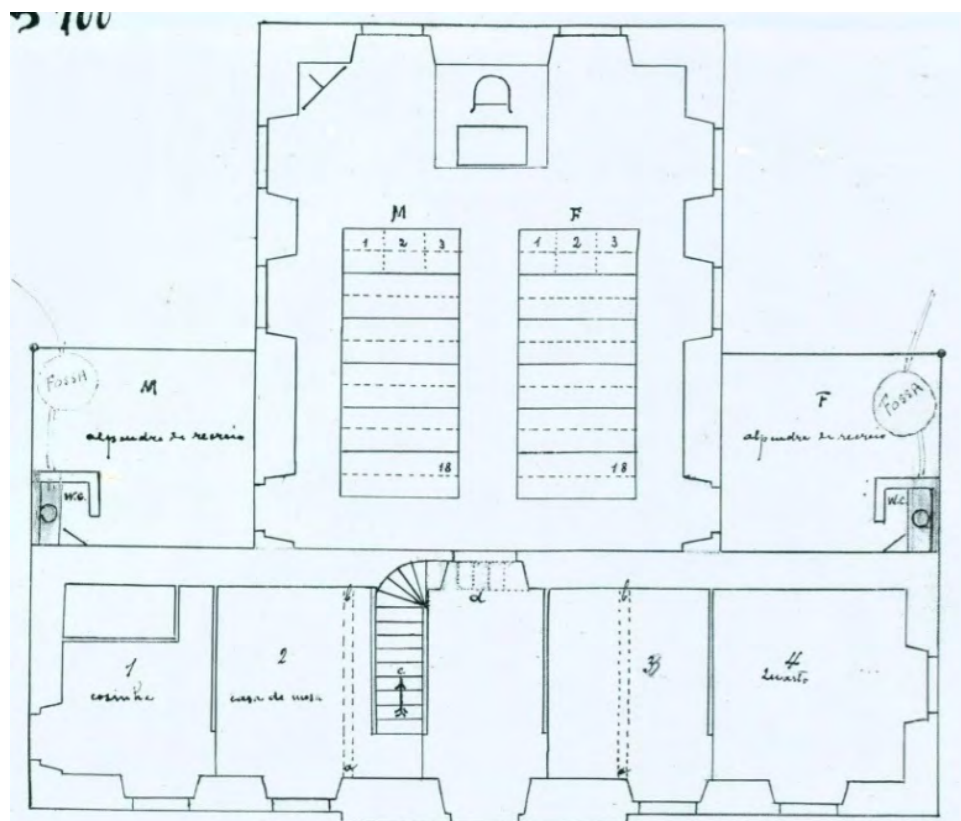


Figura 5. Planta da escola mista para o lugar de Brejo (1915). Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal.

Na verdade, constata-se um excessivo investimento na habitação destinada à professora – era esse, no entanto, o sentido das Normas Técnicas, Higiénicas e Pedagógicas – em detrimento de ambientes pedagógicos especializados (reduzidos à sala de aula). Veja-se que o projeto

denuncia que a escola é uma projeção da residência da docente (aspeto claramente contrariado nas citadas Normas).

Por fim, recuperando o Quadro 1, o edifício da Escola Normal representa bem a vontade republicana de reformar o ensino normal. Aliás, foi de igual modo no ministério de Sobral Cid que foi aberto um crédito especial para a sua construção (Cid, 1983).

Quanto aos arquitetos, verifica-se que durante a segunda década de 1900 emerge a figura do jovem Raul Lino, em detrimento da de Adães Bermudes. No Porto, por outro lado, destaca-se o arquiteto José Marques da Silva (1869-1947). Assinale-se, ainda, a presença do arquiteto Miguel Ventura Terra (1866-1919), com créditos firmados no capítulo da construção escolar desde os finais da Monarquia (autor, por exemplo, do referencial projeto do Liceu de Camões, 1907).

Outra questão que emerge da análise do Quadro I: falo da incapacidade de o Estado concluir os edifícios projetados no tempo previsto. Veja-se o caso dos liceus: durante a I República, o único edifício inaugurado (e apenas parte dele) é o do Liceu Alexandre Herculano. O princípio dos anos de 1920 revela-se, de facto, dramático, designadamente por razões de ordem financeira: em 1921 param, definitivamente, as obras do Liceu Maria Amália; em 1923 são suspensas as obras no Liceu Alexandre Herculano (Silva, 2002).

À luz do referido, o edifício da Escola Normal Primária de Lisboa terá sido um dos poucos edifícios escolares que o Estado conseguiu inaugurar, como obra emblemática, até à revolução de 1926. Não obstante o afã legislativo e o voluntarismo de alguns protagonistas, motivos de ordem política e económica impediram que a obra educativa republicana se mostrasse à altura dos seus desígnios. Veja-se que, na prática, não foi concretizada a própria ideia (como se disse, estabelecida em 1918) de edificar escolas primárias segundo um projeto-tipo; algo que tinha sucedido nos anos finais da Monarquia e que acontecerá durante o Estado Novo – percebe-se, assim, a necessidade que cada regime político sentiu de definir um modelo ideal de escola.

3. O EDIFÍCIO DA ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE LISBOA

3.1. O AUTOR DO PROJETO: RAZÕES DA ESCOLHA

Adães Bermudes foi autor do projeto de edifício destinado à Escola Normal Primária de Lisboa, corria o ano de 1913.⁹ Não surpreende a escolha. Com efeito, à data, o referido arquiteto – que estudou na Academia Portuense de Belas Artes e completou a sua formação em Paris, na Escola de Belas Artes e no atelier de Paul Blondel –, tinha já larga

⁹ O júri do concurso de projetos para a construção de um edifício destinado às Escolas Normais de Lisboa foi nomeado em 1913.

experiência como projetista de edifícios escolares, sem esquecer o facto de ter desempenhado funções em organismos do Estado que superintendiam à construção de escolas.

No domínio anunciado, vejamos muito rapidamente alguns dados marcantes do seu percurso profissional. Em 1898 venceu o concurso para projetos-tipo de escolas primárias. No ano seguinte dirigiu as Construções Escolares, organismo que antecedeu a Direção Técnica das Construções Escolares, que viria, aliás, a liderar entre 1901 e 1908. Em 1900, na Exposição Universal de Paris, recebeu uma medalha de ouro na secção “arquitetura escolar”. No ano de 1903 projetou o edifício do Liceu de Faro e, em 1905, o do Liceu da Guarda, segundo a mesma traça. Em 1909, segundo estou em crer, concebeu o edifício da Escola Primária Central de Santa Cruz, em Coimbra, o qual viria a ser inaugurado em maio de 1910. Neste último ano, saíram do seu risco os projetos da Escola Brotero, em Coimbra, e do Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. Volvidos dois anos, foi nomeado para fazer parte de uma comissão incumbida de definir as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que deviam obedecer os novos edifícios escolares.

Por outro lado, há razões de outra natureza (política, nomeadamente) a justificar a atribuição do projeto do edifício da Escola Normal Primária de Lisboa a Adães Bermudes. Prendem-se estas com o facto de o arquiteto ser anarco-sindicalista e um proeminente republicano. De resto, segundo Freire & Lousada (2013, p. 80), a construção do mencionado edifício “foi, porventura, a que mais orgulho deu ao militantismo anarco-sindicalista”.

Em contraponto às razões indicadas nos parágrafos precedentes, as quais, no meu entender, justificam a escolha do arquiteto – ênfase a sua experiência enquanto projetista de edifícios escolares (granjeada na parte final do período monárquico) – deve referir-se que Bermudes nem sempre causou boa impressão no mundo dos pedagogos. Por exemplo, o seu projeto-tipo de escolas primárias (1898) foi alvo de muitas críticas (inclusive durante o período pós 1910). E talvez seja útil explicar os motivos subjacentes a essa contestação. Desde logo, a questão prende-se com a difícil situação financeira que o país atravessava na conjuntura finissecular, razão pela qual se assiste a um distanciamento entre o programa arquitetónico e aquilo que, em termos pedagógicos, era preconizado. Era marcante, nomeadamente, a ausência de ambientes especializados para a realização de atividades ligadas ao trabalho manual e aos exercícios físicos: orientações curriculares consignadas na Reforma de Instrução Primária de 22/12/1894. Por outro lado, o tom crítico em relação às Escolas Adães Bermudes centrava-se, essencialmente, no número máximo de alunos permitido em cada sala de aula (50), considerado excessivo por conduzir a “acumulações perigosas” (Revista de Educação e Ensino, XIII, 3, 1898, pp. 138-139). Uma

posição que permite entender a designação pejorativa atribuída a tais escolas – “gaiolas de grilos”. Por exemplo, um escritor como Fialho de Almeida, numa obra publicada em 1912, capta bem o ideal de escola preconizado nesse momento histórico:

Edifícios sólidos e sem luxo, talhados, como disse, em tríptico [...] e no mesmo cercado as indispensáveis dependências, cantina, ginásio, parques ou jardins de jogos e recreios; e as aulas amplas, rasgadas (ao contrário das famosas gaiolas de grilos) em vista do aumento, que não do decréscimo das frequências escolares. (Almeida, 1992 [1912], p. 100)

De resto, é um pouco à imagem das ideias expressas por Fialho de Almeida (em causa, sobretudo, a necessidade de as aulas serem amplas) que, durante a I República, num debate ocorrido na Câmara dos Deputados, as escolas primárias projetadas por Adães Bermudes são consideradas “uma verdadeira vergonha nacional” (Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 13/11/1912, p. 14).

Mais tarde, durante o período de finalização das obras da Escola Normal de Lisboa, Adães Bermudes será alvo de acérrimas críticas por parte da direção e corpo docente do referido estabelecimento de ensino. Na verdade, conforme havia notado António Nóvoa (1987), Bermudes é acusado de cometer “barbaridades estéticas e pedagógicas” (Arquivo da Escola Superior de Educação de Lisboa, Livro n.º 1 para o registo das atas das sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária, sessão de 29/10/1918, p. 29) e de, a cada momento, se levantarem atrasos e dificuldades nas obras “devido ao [seu] pouco cuidado” (Idem, sessão de 29/11/1918, p. 40).

Em síntese, Adães Bermudes impôs-se como projetista de escolas no final da Monarquia, assumindo, ademais, funções de responsabilidade nas Construções Escolares. Considerando, ainda, a sua filiação política, não estranha que, nos primeiros anos da I República, tenha sido o arquiteto eleito para desenhar o edifício da Escola Normal de Lisboa (num certo sentido, foi uma escolha conservadora). Porém, excetuando esse projeto, é notório que a sua intervenção no domínio da arquitetura escolar desaparece progressivamente no decurso do novo regime político.¹⁰

3.2. SOLUÇÃO PLANIMÉTRICA E PROGRAMA ARQUITETÓNICO

Em 1913, Adães Bermudes teve a preocupação de desenhar um edifício escolar funcional, destinado a ser frequentado pelos dois sexos (em regime de coeducação), prevendo-se, ademais, o internato. Um dos seus objetivos foi o de dar resposta, pedagogicamente, àquilo que estava

¹⁰ É muito curioso que na sessão da Câmara dos Deputados de 22 de maio de 1913, o deputado Carvalho Mourão, ao referir-se aos edifícios escolares construídos pelo Estado, tenha achado estranho que Adães Bermudes, que considerou ter dado provas de incompetência, fosse o arquiteto escolhido para “fazer parte de uma comissão encarregada de elaborar um plano das escolas normais de Lisboa” (Atas das Sessões da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de maio de 1913, p. 5).

consignado na Reforma do ensino normal em vigor (Decreto de 29 de março de 1911).

Importa dizer que desde os finais do século XIX os programas de edifícios destinados a escolas normais deixam de incluir, como elemento estruturante, uma capela (particularmente no caso de estar previsto o internato). Em causa, a conceção, sobretudo até meados da referida centúria, de que o ensino da religião era uma das componentes mais importantes dos estudos. São disso exemplo, o projeto desenhado por Kempthorne, em 1840, para um orfanato e escola normal (Markus, 1993), assim como o edifício da Escola Normal Primária para o Sexo Feminino, em Hérault (França).

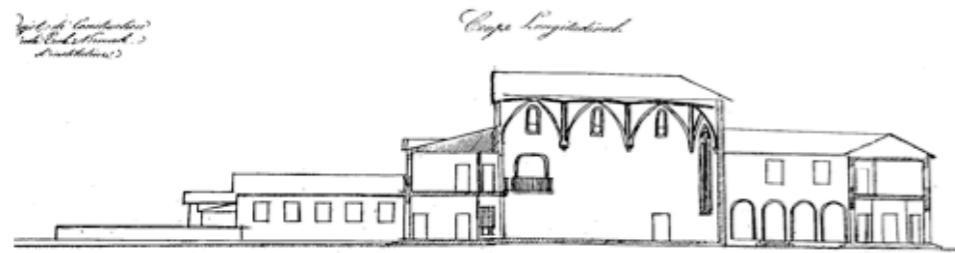


Figura 6. Corte longitudinal do edifício da Escola Normal Primária para o Sexo Feminino, em Hérault, observando-se, ao centro, a capela (1855). Fonte: [http://memoirepedagogique.free.fr/memoirepedagogique-free/Histoire_de_lEcole_\(1\).html](http://memoirepedagogique.free.fr/memoirepedagogique-free/Histoire_de_lEcole_(1).html) (acesso em 03/12/2016).

Mas, antes de abordar o programa arquitetónico do edifício da Escola Normal de Lisboa, parece-me útil debater outras questões. Desde logo, o facto de estarmos perante um edifício de grandes proporções. Veja-se, por exemplo, que no caso dos liceus é abandonada a ideia de construir edifícios colossais depois do referencial projeto do Liceu de Camões (1907). De resto, pelo menos desde o início do século XX, que é defendida a tese de que a construção de “pequenos liceus” teria a vantagem de “facilmente se poderem modificar, consoante as necessidades da ciência e da educação, que progridem incessantemente” (Boletim da Direção Geral de Instrução Pública, janeiro-abril de 1903, p. 57).

No meu entender, há duas razões que justificam a opção por um edifício monumental. A primeira (e, porventura, mais determinante) tem que ver com a sua lotação. Neste caso, prevendo o citado Decreto de 29 de março de 1911 a existência, no território de Portugal, de três escolas normais com sede em Lisboa, Porto e Coimbra, compreende-se que o edifício fosse pensado para receber um elevado número de alunos-mestres. É clara, aliás, a ideia de que a redução do número de escolas normais permitiria garantir a qualidade do ensino (Pintassilgo, Mogarro & Henriques, 2010).

Há, por outro lado, uma razão simbólica. Na verdade, conforme expressava o ministro da Instrução Pública, Joaquim Pedro Martins, no ato de lançamento da primeira pedra da futura Escola Normal de Lisboa, o novo edifício seria “uma grande obra que a posteridade [ficava] devendo à República” (A Capital, 10/12/1916). Não surpreende, assim, o cará-

¹¹ Na ata da sessão da Câmara dos Deputados de 14 de agosto de 1925, lê-se o seguinte: “quem se der ao trabalho de ir a Benfica verifica que se fez um edifício enorme onde cabem todas as escolas normais do país” (Atas das Sessões da Câmara dos Deputados, sessão de 14 de agosto de 1925, p. 7).

¹² Só por si, o conjunto azulejar em causa (produzido na Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia) merecia um estudo. Na verdade, seria muito interessante proceder à identificação da simbólica presente nos azulejos, nos quais, entre motivos vegetalista Arte Nova, encontramos representados o brasão da cidade de Lisboa, uma cruz de Cristo, elementos heráldicos, duas figuras de santos, brasões (concelhos?) ... numa conjugação de difícil leitura.

ter monumental do edifício.¹¹ O próprio programa do conjunto azulejar que reveste o exterior da Escola dá-nos, a esse respeito, algumas pistas. Com efeito, no friso superior que decora as fachadas laterais, são representados vários putti espreitando por telescópios (alegoria ao conhecimento científico). Pretendia-se, no fundo, dar significado simbólico a um edifício (impositivo) destinado a afirmar-se como “templo” do saber.¹² Em agenda, a relevância de o(a) professor(a) de ensino primário ter sólidos conhecimentos científicos, bem como o reconhecimento do seu papel social (Pintassilgo, Mogarro & Henriques, 2010).

Outro tópico não menos importante é o que concerne à localização da Escola. É curioso (mas não despreciando) o facto de um articulista que redigiu a notícia do lançamento da primeira pedra do edifício da Escola Normal de Lisboa ter referido que a única desvantagem do mesmo residia no sítio onde ia ser construído (cf. Ilustração Portuguesa, 11/12/1916). Julgo que o referido tópico tem de ser equacionado sob várias perspetivas.

Diga-se, desde logo, que a Escola se implantou numa zona de expansão da cidade – em causa, o papel que esta poderia vir a ter no desenvolvimento urbanístico. De resto, a escassa centena de metros do terreno onde viria a ser edificada existia já a estação de caminho-de-ferro de Benfica – algo que constituía uma vantagem, segundo dava a entender o autor de outro artigo jornalístico (cf. O Século, 10/12/1916). Mas a verdade é que, à época do lançamento da primeira pedra (e, mesmo, duas décadas mais tarde), a zona era manifestamente inóspita.

Interessa, por outro lado, não esquecer que desde os finais do século



Figura 7. “Jardinagem na Escola Normal de Benfica”, 24 de março de 1931. Nota: Imagem cedida pelo IAN/TT.

xix se assiste à tendência para afastar os edifícios escolares dos centros populacionais, nomeadamente, por via do móbil higienista. Veja-se, por exemplo, que João de Barros (1908), depois da sua estada no estrangeiro, na qualidade de bolsheiro, sustenta, pela impressão positiva que lhe haviam causado o Liceu Lakanal (situado nas imediações de Paris) e as escolas inglesas edificadas nos arredores de Londres, a construção de liceus reunindo todas as condições de higiene, localizados fora dos centros urbanos e na proximidade de parques ou jardins.

Importa, por fim, dizer que há um sentido muito próprio para a implantação da Escola Normal de Lisboa numa zona não urbana. Esse sentido prende-se com o “caráter essencialmente prático do ensino”, consignado na Reforma do ensino normal de 29 de março de 1911. Penso, designadamente, naquilo que estava previsto relativamente aos campos experimentais agrícolas, assim como ao ensino da jardinagem e horticultura; neste último caso, era matéria “especial para a preparação do professorado feminino” (Decreto de 29 de março de 1911, Artigos 111.º e 112.º). Aliás, a foto que a seguir se reproduz, datada de 1931, dá bem a noção daquilo que pretendi focar.



Figura 8. Escola Normal Primária para o Sexo Feminino de Auxerre (bilhete postal). Fonte: <https://collection-jfm.fr/p/cpa-france-89-auxerre-ecole-normale-d-institutrices-12555> (acesso em 08/12/2016).

Em síntese, a localização do edifício da Escola Normal de Lisboa deve ser compreendida, no essencial, à luz das três perspetivas enunciadas. No que concerne à solução planimétrica adotada para o edifício da Escola Normal de Lisboa, bem como ao programa arquitetónico do mesmo, julgo útil começar por pensar na sua filiação. Nesse sentido, tendo Adães Bermudes completado, conforme referi, a sua formação em França (Paris), não surpreende que conhecesse e procurasse inspiração em modelos franceses. A este respeito, um dos exemplos paradigmáticos é o da Escola Normal Primária para o Sexo Feminino de Auxerre, edificada na década de 1880.



Figura 9. Perspetiva da fachada principal do edifício da Escola Normal de Lisboa. Fonte: Escola Superior de Educação de Lisboa

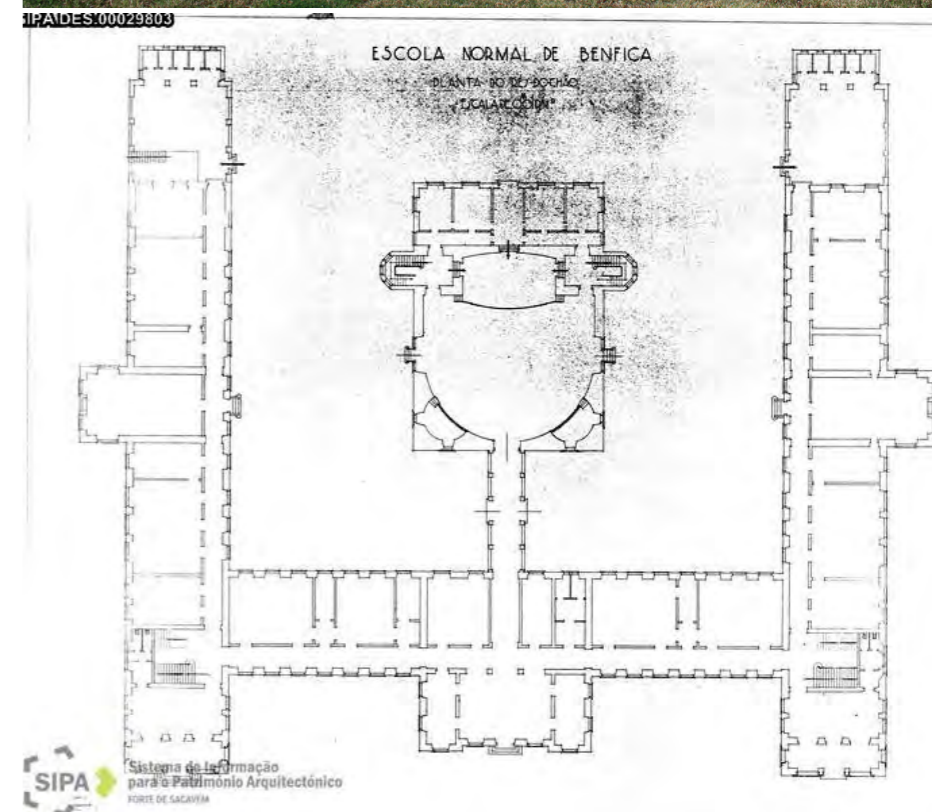


Figura 10. Planta do rés-do-chão da Escola Normal de Lisboa (s. d.). Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

Em primeiro lugar, é claro que a definição de volumes do edifício da Escola Normal de Lisboa é idêntica à que podemos observar na Figura 8. Sublinhe-se, no essencial, a opção de desenhar uma fachada principal constituída por um corpo central e duas alas laterais salientes, desenvolvida em mais de um piso e obedecendo a simetria perfeita. Note-se que, no caso da Escola Normal de Lisboa, o prolongamento, para a

13 Não tendo sido localizada a planta desenhada por Adães Bermudes, torna-se difícil descrever, com rigor, o programa arquitetónico do edifício. Por exemplo, não é exatamente coincidente a descrição publicada no periódico *O Século* (10/12/1916) e a lista das dependências do edifício elaborada, em 1919, por Adolfo Lima, segundo se supõe (cf. Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa, Atas do Conselho de Instrução, 1919, fls. avulsas). A verdade é que o projeto foi sofrendo algumas alterações. Nos referidos documentos, a maior discrepância que noto é a que concerne à localização dos laboratórios (rés-do-chão, na descrição de 1916; 1.º andar, na lista de 1919), assim como das oficinas de trabalhos manuais e de labores femininos (1.º andar, na descrição de 1916; 2.º andar, no documento de 1919).

parte posterior do edifício, das alas laterais e do corpo central (neste último caso, através da inserção de um corredor de ligação ao ginásio) define, praticamente, um esquema compositivo em tridente – solução, de modo estrito, adotada no Liceu de Camões (e que pode, aliás, ter influenciado Adães Bermudes).

Quanto ao programa arquitetónico, a avaliar pela descrição publicada no periódico *O Século* (10/12/1916), a opção de Adães Bermudes foi a de instalar a direção e os serviços de administração na zona central do edifício (rés-do-chão).¹³ Trata-se de uma solução frequentemente adotada, revelando uma interpretação da direção associada ao relacionamento institucional com o exterior. Por outro lado, no mesmo piso, para as alas laterais, foram pensados vários laboratórios e anfiteatros. Em causa, conforme referi, a intenção de o ensino ter uma vertente essencialmente prática. Aliás, na Reforma do ensino normal de 1911, estava claramente estabelecido que, para cumprir o referido desiderato, existiriam, anexos às escolas normais, laboratórios de física, química, antropologia e psicologia experimental, entre outras instalações (Decreto de 29 de março de 1911, Artigo 114.º). Ainda no rés-do-chão, as dimensões do ginásio e o facto de este estar implantado no centro de gravidade do edifício elucidam bem da sua importância. Mais, é significativo ser pensado como espaço polivalente (destinado, de igual modo, a solenidades escolares, projeções, conferências, etc.).

No 1.º andar, e continuo a acompanhar a referida descrição publicada no jornal *O Século*, estavam instalados: o museu pedagógico (denotando a importância que o ensino intuitivo recebe nesse momento histórico), a biblioteca, as salas de aulas comuns, a sala de professores, assim como as oficinas de trabalhos manuais e de labores. Porventura, por motivos de segurança, parece ter sido intenção separar as salas de aula comuns dos laboratórios (na “formulação” de 1916, recorde-se, estão localizados em pisos distintos).

Como nota final, interessa reforçar que é clara a vontade de especializar alguns espaços em função das indicações expressas na Reforma do ensino normal de 1911 – nesse sentido, noto, ainda, que para o ensino do desenho ficava reservado uma parte do 2.º andar do edifício. De resto, a imprensa da época não deixou de assinalar essa ideia¹⁴, valorizando, ao mesmo tempo, a existência de escolas de aplicação ou anexas:

Neste novo estabelecimento escolar, onde predominam os laboratórios, oficinas, campos para o estudo agrícola e para os exercícios ginásticos, e inúmeras escolas de aplicação, o ensino poderá ter a feição caracteristicamente profissional, experimental e prática, aconselhada pela moderna pedagogia. (*O Século*, 10/12/1916, [p. 1])

¹⁴ Ideia já identificada no estudo de Pintassilgo et al. (2012).

4. CONCLUSÕES

Em 1918, a inauguração do edifício da Escola Normal Primária de Lisboa traduziu a vontade republicana em reformar esse setor de ensino (assumido, conforme se disse, como prioritário). A Escola, na verdade, apetrechada com laboratórios, salas para o ensino de desenho, oficinas, museu pedagógico, ginásio e escolas anexas (ou de aplicação) destinadas ao tirocínio dos alunos-mestres, corporizou a aposta na formação dos professores de ensino primário, considerados agentes indispensáveis na construção do Homem Novo. Não obstante, o edifício escolar suscitou críticas, nomeadamente, da parte do corpo docente. Tal facto ficou a dever-se à linguagem arquitetónica adotada por Adães Bermudes, algo conservadora. Com efeito, o arquiteto seguiu de perto os modelos de escolas normais francesas de finais do século XIX. Ao mesmo tempo, parece ter sido pouco sensível às realidades escolares e às ideias progressistas abraçadas por alguns elementos do corpo docente da Escola. Mais, em contracorrente às ideias que circulavam no espaço europeu desde a primeira década do século XX, não demonstrou preocupação com a educação estética da criança – tome-se o exemplo das escolas anexas, praticamente desprovidas de decoração.

O atual edifício da Escola Superior de Educação de Lisboa, para adotar uma expressão de Vera Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry (2012, p. 20), “estabelece um laço material com uma dada história”. Impõe-se, pois, preservar esse património histórico escolar e continuar a aprofundar a memória da instituição e dos seus atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A.A.V.V. (1995). *Escolas, Espaços de Educação*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Almeida, F. (1992) [1912]. *Saibam Quantos... (Cartas e Artigos Políticos)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barros, J. (1920). *A República e a Escola*. Lisboa: Aillaud Bertrand.
- Barros, J. (1908). *A Escola e o Futuro (Notas sobre Educação)*. Porto: Livraria Portuense de Lopes e C.a.
- Beja, F. et al. (1987). *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941 (Vol. I)*. Lisboa: Direção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação.
- Cid, S. (1983). *Obras (Tomo II)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freire, J. e Lousada, M.A. (2013). *Roteiros da Memória Urbana* – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX. Lisboa: Colibri.
- Leite, A. M. P. (coord.) (1990). *Raul Lino: artes decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo.
- Magalhães, J. (2012). *República e Regimentação: o Estatuto Fundante da I.ª Reforma Republicana do Ensino Primário*. In A. Adão, J. Pintassilgo e C. M. Silva (orgs.), *O Homem vale, sobretudo, pela Educação que possui. Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação, pp. 11-21.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente*. Porto: Edições ASA.
- Nóvoa, A. (1989). *A República e a Escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades*. In *Reformas de Ensino em Portugal*. Reforma de 1911 (Tomo II, Vol. I, pp. IX-XXXIV). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs (Vol. I)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Pintassilgo, J. et al. (2012). *Da Escola Normal à Escola Primário de Lisboa (1862-1988)*. In J. Pintassilgo (coord.), *Escolas de Formação de Professores em Portugal (pp. 333-388)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo J., Mogarro, M.J., Henriques, R. P. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, C. M. (2016). *A Primeira República Portuguesa Recria o Ministério da Instrução Pública: um esforço de aproximação aos sistemas escolares europeus*. *História da Educação*, 20 (50), 367-381.
- Silva, C. M. (2015). *Escolas, Higiene e Pedagogia: espaços desenhados para o ensino em Portugal (1860-1920)*. In M.J. Mogarro (coord.), *Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas (pp. 93-117)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, C. M. (2002). *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica sobre a arquitetura escolar portuguesa (1860-1920)*. Lisboa: IIE.
- Silva, V. L. G., Petry, M. G. (orgs.) (2012). *Objetos da Escola. Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX)*. Florianópolis: Editora Insular.
- Teses do Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos professores primários de Portugal (1914). Porto: Tipografia A. F. Vasconcelos.

A ESCOLA NORMAL DE LISBOA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERCURSOS, IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO SOB O SIGNO DA PEDAGOGIA REPUBLICANA DA EDUCAÇÃO NOVA

Maria João Mogarro

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa
mjmogarro@ie.ulisboa.pt

A Escola Normal de Lisboa representa um símbolo maior da formação de professores, nomeadamente durante o período republicano (1910-1926), em que se registou um investimento significativo na formação de professores, tanto ao nível do discurso político e educativo, como no esforço reformista. O ensino normal conheceu então a sua fase de apogeu, pela importância que foi atribuída à formação de docentes, fundamental na conceção da educação como motor do desenvolvimento e progresso do país, assim como na construção do chamado Homem Novo – o cidadão republicano, culto e instruído, participante ativo na vida política da nova nação que a República, laica e democrática, queria criar. Os professores eram os agentes desta política e as reformas republicanas do ensino normal, a partir da de 1911, refletiram a preocupação com a formação deste professor novo. No entanto, não se pode esquecer que houve um percurso anterior das escolas normais e que elas se inscrevem num itinerário de formação iniciado em 1862, ainda sob a monarquia liberal e constitucional. A investigação sobre estas escolas e sobre o ensino por elas assegurado tem sido desenvolvida nos últimos tempos (Pintassilgo & Mogarro, 2015; Pintassilgo, Mogarro & Henriques, 2010, 2012; Pintassilgo & Serrazina, 2009), apresentando especial relevância os estudos apresentados no livro dirigido por Joaquim Pintassilgo (2012) sobre *As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memórias*, que retoma investigações anteriores, ampliando-as e desenvolvendo-as, nomeadamente no capítulo *Da Escola Normal à Escola do Magistério Primário de Lisboa (1862-1988)*, da autoria de Joaquim Pintassilgo, Lénia Pedro, Manuela Rodrigues, Maria João Mogarro e Rui Afonso Costa, que em grande parte se convoca para este texto.